



CÂMARA
MUNICIPAL
DE LAGOA NOVA

Câmara Municipal de Lagoa Nova - RN
Aprovado na 7ª Sessão do 1º Período
de 09/04/26 com votos a
Favor e Contras.

Presidente

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EXERCÍCIO 2026, CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANO DA LEGISLATURA 2025-2028, REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA NO DIA 01 DE ABRIL DE 2026.

Ao primeiro (01) dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (2026), na Câmara Municipal, situada na Praça João Marinho Dantas nº368, centro, Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, às 19:00h (dezenove horas), realizou-se a segunda Sessão Extraordinária do exercício de 2026, Presidida e Secretariada, respectivamente, pelos Vereadores Jean Carlo da Silva Dantas (Presidente) e Marinalvo Vicente da Silva Lima (1º secretário). Inicialmente o Senhor Presidente Jean Carlo da Silva Dantas, convidou o Senhor Secretário, Vereador Marinalvo Vicente da Silva Lima, para fazer a verificação de quórum e fazer a chamada dos vereadores, registrando a presença dos Vereadores Antônio Domingos Soares, Cícera Maria Machado dos Santos, Edilberto das Neves de Oliveira, Elizeu Fernando dos Santos Gonçalves, Fagner Robson Guimarães, Jean Carlo da Silva Dantas, João Alves Galvão Junior, José Jefferson de Oliveira Confessor, Marinalvo Vicente da Silva Lima, Matheus Manoel de Medeiros e Paulo Eduardo Guimarães, em número onze (11) sem a ausência de nenhum vereador. Regimentalmente o Senhor Presidente Jean Carlo da Silva Dantas declarou aberta a sessão em nome de Deus e do povo de Lagoa Nova, e comunicou que a sessão foi exclusiva para a fala da Secretária Municipal de Educação para prestar esclarecimentos acerca da gestão da política educacional no exercício de 2025. O senhor Presidente convidou a Senhora Secretária Municipal de Educação Maria Ivanilda da Silva França para fazer esclarecimentos acerca da Gestão da Política Educacional no exercício de 2025. A Senhora Secretária Municipal de Educação **Maria Ivanilda da Silva França** iniciou saudando a todos, registrou: assumiu a pasta no fim de setembro de 2025 como interina e, em 2026, tornou-se titular por portaria 0128/2026; encontrou contratos, obras e organização da rede em andamento e deu continuidade com foco na legalidade e responsabilidade fiscal; solicitou apresentar os seis pontos do requerimento 009/2026 antes dos questionamentos e informou que a assessoria jurídica da SME é exercida por Camila Faustino (residente em Lagoa Nova) e por Moisés, não vinculados a "assessorias de R\$ 20.000", e que Camila não pôde comparecer por urgência em Currais Novos; explicou que estruturou a apresentação em: 1) execução orçamentária; 2) reformas escolares; 3) adesões a atas (caronas); 4) transporte escolar; 5) déficit de professores; 6) uso de recursos do CEFET (refém). No tópico 1 (execução orçamentária), afirmou que o saldo de "aproximadamente R\$ 4 milhões" referia-se, na realidade, a R\$ 3.829.054,74 em restos a pagar, empenhados em 2025 e liquidados em 2026, não sendo "sobras" de caixa; destacou

Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 368, Centro – Lagoa Nova/RN – CEP: 59390-000

Telefone: (84) 99933-6394 – E-mail: camaramunicipalln@yahoo.com.br

C.G.C (MF) 10.727.329/0001-02

que orçamento público se analisa por empenho, não por saldo bancário; recursos vinculados (Fundeb e complementações da União UVA/VAAT) têm destinação específica; apresentou que, em 2025, as despesas empenhadas somaram cerca de R\$ 30.235.057 e que os bens (van, ônibus e mobiliário) planejados em 2025 estão sendo entregues e pagos em 2026, dentro da legalidade. Sobre o item 2 (reformas), relatou dificuldades por descumprimento contratual da empresa Avelino Lacerda Engenharia, que pediu distrato e deixou três obras (Biblioteca Municipal, EM João Luiz Victor e EM Nossa Senhora da Conceição); a continuidade da Conceição foi assumida pela JVA; para João Luiz Victor, o projeto foi considerado mal estruturado e será relicitado; houve realocação de alunos e ajustes de transporte; registrou entrega/reinauguração em 29/03/2026 de: EM Nossa Senhora da Conceição (pendente licitação/execução do pátio, com sugestão de concurso de projetos mencionada pelo senador Styvenson), EM Dom José Delgado (mobiliário novo; ginásio em anexo em fase de pintura e grades), Unidade Infantil Maria de Lourdes Medeiros (obra complexa concluída; pendente substituição do parque por modelo mais seguro); concluiu a creche CMEI Evilásio Luiz Victor (nov/2025) e iniciou climatização; informou que a EM Santa Rita será entregue na semana seguinte com mobiliário e equipamentos novos; reportou conclusão da EM Adalgisa Amorim Bezerra (2025) e pequenas reformas previstas em nove escolas no início de 2026. No item 3 (adesões a atas), explicou, em linguagem simples, que a lei permite adesão ("carona") quando outro ente já licitou com pesquisa de preços e especificações; defendeu a estratégia por ganho de tempo, economia e padronização, ressaltando rigor técnico das atas do FNDE; exemplificou: adesão à ata da Prefeitura de Upanema para aquisição de van; adesão a ata do FNDE para dois micro-ônibus; adesão, via consórcio intermunicipal potiguar, para mobiliário escolar padrão FNDE (empresa API/ARP Form), com melhor preço e durabilidade (plástico de fácil limpeza, adequado por faixa etária); detalhou contratação por inexigibilidade da plataforma/projeto Rever (editora CEI) para recomposição de aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática do 1º ao 9º ano, incluindo material, plataforma e formação continuada; fundamentou a decisão em evidências educacionais: dados do SAEB/CNA (ciclo 3/2025) e da meta do ICA (Índice Criança Alfabetizada) — subiu de 35,61% (2024) para 48% (2025), próxima da meta 48,64%, com variações por escolas do campo e turmas pequenas; reforçou que a alfabetização na idade certa é prioridade e que a educação infantil é a base; convidou vereadores para formação do Rever na EM João XXIII; afirmou total legalidade das adesões e foco em reduzir terceirizações de rotas com frota própria (van 21 lugares e dois micro-ônibus). No item 4 (transporte escolar), registrou que, para não interromper o direito constitucional à educação (CF, arts. 205 e 208), foi contratada, em 2025, dispensa por emergência (art. 75, VIII, Lei 14.133/2021), com processo instruído (formalização da demanda, estudo técnico preliminar, TR); informou que o Ministério Público, após denúncia anônima, arquivou o procedimento por falta de irregularidades e por se tratar de denúncia apócrifa; reafirmou que a prioridade foi

garantir o serviço sem paralisação; declarou que a documentação seria fornecida aos vereadores. No item 5 (déficit de professores), afirmou que a Lei Municipal 904/2025 atualizou vagas de professores, pedagogos, cuidadores/auxiliares, agentes administrativos, motoristas e professores por área; apontou a raiz do déficit: último concurso em 2015 (completa 11 anos em 2026), aposentadorias, licenças e doenças graves; defendeu substituições via processo seletivo dentro do limite legal vigente de vagas; citou, como exemplo, 2025: 55 vagas de pedagogo e 55 contratos; reconheceu carência persistente em 2026 em escolas como EM São Luiz (EI), EM Dom José Delgado e EM Nossa Senhora da Conceição, com esforço de mutirões, aulas e reposições para minimizar o impacto em 2025; registrou a pressão crescente da Educação Especial (profissionais de apoio), alta rotatividade e salários baixos definidos em lei anterior; defendeu estudo de impacto financeiro responsável antes de qualquer reajuste, respeitando o limite prudencial; informou reunião com profissionais de apoio e possível envio de proposta de aumento de vagas e ajustes normativos. No item 6 (recursos do CEFET/refém), esclareceu que, no âmbito da Educação, foram investidos R\$ 285.350,16: no ginásio da EM Dom José Delgado (R\$ 128.440,18, pago em 30/04/2025, empresa JVA, motivado por risco estrutural), e na EM Maria de Lourdes Medeiros (três medições: R\$ 44.039,64 em 26/06/2025; R\$ 58.249,34 em 18/12/2025; R\$ 55.617,00 em 03/03/2026, empresa ABB Engenharia), com documentação comprobatória a ser enviada; afirmou que os valores globais do CEFET 2024–2025 foram aplicados com responsabilidade e que a Secretaria de Finanças apresentará planilha completa, por requisição do Legislativo; reiterou que não há “recurso parado”, mas cronograma de obras, ampliações e pagamentos vinculados às entregas. Em seguida, respondeu aos questionamentos dos vereadores, preservando a forma de ata: o presidente Jean registrou que o requerimento falava em “aproximadamente R\$ 4 milhões” e que a SME geriu cerca de R\$ 35 milhões em 2025; passou à ordem de perguntas por item. O vereador Elizeu declarou sanadas as dúvidas sobre execução orçamentária. O vereador Jeferson parabenizou a condução, citou melhorias no João XXIII e perguntou sobre o fardamento; a secretária informou que a licitação foi no fim de 2025, a despesa é de 2026, a confecção está em curso e a entrega prevista para a segunda quinzena de abril/2026; descreveu os kits por etapa (EI: short/saia/short e camiseta; Fund. I: calça, camiseta e tênis; Fund. II: camiseta e tênis, com jeans próprio; EJA: camiseta e tênis). O vereador Edilberto solicitou o plano de investimento do saldo conciliado do Fundeb 2025 para 2026; a secretária disse que não constou do requerimento e que enviará; questionou se houve estudo para implementar o piso do magistério com os recursos previstos de 2025; a secretária admitiu que não houve planejamento detalhado no início de 2025, relatou duas ocorrências pontuais de docentes recebendo R\$ 10,00 a menos que o piso inicial e destacou que o déficit está no plano de cargos (progressões), com impacto estimado elevado, motivo pelo qual a gestão avalia alternativas responsáveis; Jean leu os itens requeridos ainda pendentes de envio (execução detalhada, atas, planejamento

anual, processo do contrato emergencial de transporte, situação das reformas e quadro de professores). O vereador Matheus questionou a situação salarial e de número de profissionais de apoio (cuidadores/auxiliares), citando casos de salas com múltiplas crianças que demandam atendimento; a secretária reconheceu a carência, informou mudança de nomenclatura para "profissionais de apoio", a necessidade de ampliar vagas por lei e o agendamento de reunião (07/04) com a categoria; afirmou que eventual reajuste exige estudo de impacto e revisão legal, para evitar irresponsabilidade fiscal. O vereador Junior registrou que, em 2025, foi pedido aumento de vagas para profissionais de apoio e que o seletivo estava vigente; a secretária confirmou a intenção de enviar proposta de ampliação e regramento. No item 2 (reformas), o vereador Novinho pediu a quantificação de escolas com obra no início de 2025; a secretária apontou sete (incluindo Adalgisa) e descreveu o cronograma de finalizações e entregas já citadas; afirmou merenda escolar regular e com sobra em 2025. O vereador Antônio, pai de aluno, solicitou explicar ao público a demora da EM Nossa Senhora da Conceição; a secretária reiterou que o atraso decorreu do distrato da empresa anterior, reprogramação e nova execução, com transtornos de transporte e perda de alunos, e que o pátio será licitado/executado; citou planejamento da nova escola Maria Helena (Baixa Verde), com construção em novo bloco para manter aulas na estrutura atual até a substituição. O vereador Paulo afirmou que entendeu, após a resposta da secretária, que não houve "desvio de recursos" nas obras e que, no máximo, pode ter havido desvio de finalidade anterior quanto a emenda de tecnologia, sanado com aplicação em obras educacionais; a secretária confirmou que não declarou desvio de recursos, apenas mencionou readequação de finalidade. O vereador Junior relatou visita ao Maria Celina, listando pequenos reparos; sobre a EM Maria de Lourdes, disse ter recebido informação de três salas fechadas; a secretária refutou, disse que há 10 turmas (5 manhã, 5 tarde), salas específicas (brinquedoteca, biblioteca, sala de professores, sala do psicólogo hoje vaga), e que verificará com a gestora na segunda-feira. O presidente Jean exibiu dados do CEFET 2021–2025 e questionou a baixa cifra (R\$ 285 mil) aplicada pela Educação frente ao total geral; a secretária limitou-se a detalhar os gastos da Educação e informou que Finanças apresentará a consolidação por área; Jean listou valores de contratos e aditivos no Dom José Delgado (escola e ginásio) e em Maria de Lourdes e Conceição, destacou que Conceição ficou um ano fechada e foi concluída em cerca de 48 dias após retomada e perguntou por que não antes; a secretária vinculou à mudança de empresa e reprogramação contratual; sobre materiais de demolição/doação, Edilberto disse ter recebido denúncias e questionou autorização; a secretária disse desconhecer e que verificará; Edilberto citou roubo de forno na Conceição; a secretária disse não ter sido comunicada e que apurará (BO e responsabilização). No item 3 (adesões/caronas), o vereador Junior ponderou o uso demasiadamente frequente de atas e questionou por que não licitar no município, dado existir setor de licitações; a secretária respondeu que, na Educação, foram quatro adesões: van (ata de Upanema), dois micro-ônibus (FNDE), mobiliário



(consórcio potiguar, padrão FNDE) e a contratação por inexigibilidade do Rever; reconheceu a legalidade e a necessidade de celeridade para cumprir percentuais e metas; sobre uma possível adesão ampla (Oeste/Afonso Bezerra) para motoristas, disse desconhecer contratação pela Educação e que poderia ter sido geral da Administração. O vereador Matheus pediu comprovação da “economia” por adesão; a secretária disse não dispor do comparativo de preços, justificando a opção por tempo/condicionalidades (metas 2025) e legalidade; Jean alertou para a exigência de demonstrar vantagem na contratação; questionou a assessoria jurídica e técnica nas adesões; a secretária citou Camila Faustino e Moisés (jurídico), e que consultaram outros municípios do consórcio sobre entregas e padrões. Jean indagou sobre pregões 06 e 07 (quatro ônibus), e a secretária esclareceu que houve desistência e apenas dois foram adquiridos. O vereador Edilberto questionou o Rever: pediu parecer pedagógico técnico e manifestação do Conselho Municipal de Educação; a secretária respondeu que regularizaram conselhos em 2025, que há parecer técnico da coordenação pedagógica (coordenadora Maria Sônia) baseado em avaliações e defasagens, mas não houve deliberação específica do Conselho sobre o Rever; Edilberto expôs que o TR indicava R\$ 299,90 por kit e que a editora, em consulta, teria informado R\$ 197,50 por unidade (print de conversa com “Comercial – Sem Editora”), levantando a necessidade de justificar preços; a secretária disse que a decisão priorizou a solução didático-metodológica e a urgência da recomposição, e que verificará o ponto de preços; Jean registrou que a contratação do Rever foi por inexigibilidade (proc. 149/2025); questionou se Deise Martins presta assessoria à Educação; a secretária disse que Deise é assessora da Assistência Social, colaborou pontualmente com anotações e orientações administrativas em reuniões, sem vínculo remunerado com a Educação, e sem participar de decisões finais; Edilberto relatou que, em reunião, foi-lhe informada como advogada e que ela negou ser; a secretária manteve que era colaboradora e que não trataria de temas pessoais alheios ao requerimento. No item 4 (transporte escolar – perguntas), Jeferson sugeriu monitores nos ônibus para alunos da inclusão; a secretária considerou necessário e informou que não há base legal municipal vigente para contratar monitores, mas que o estudo e proposta normativa serão avaliados, inclusive para não desviar profissionais de apoio da sala de aula; Junior questionou por que, em 2025, com contratos vigentes até março/abril, optou-se por cancelar e fazer emergencial, e depois aditivar e, em 2026, casos semelhantes foram inabilitados por conflito de interesse; a secretária remeteu ao arquivamento do MP em 2025 e evitou reabrir a discussão; Matheus pontuou questões de transparência, aditivos em emergencial e possível imoralidade por conflito de interesse; a secretária manteve a posição de que o MP arquivou e que entregará documentos; Jean perguntou a razão do emergencial, a secretária disse ter sido para garantir transporte no início do ano; não soube precisar prazos residuais dos contratos antigos; confirmou a existência de estudo técnico de rotas e memorial de cálculo, a ser enviado; Jean citou sobreposição de rotas e aumento de quilômetros no emergencial;



a secretária pediu detalhamento e reiterou que enviará a documentação; sobre valores totais de 2025 pagos com transporte, a secretária disse não ter o dado consolidado e que verificará; Jean perguntou se houve parentesco de membro da cúpula com proprietário de empresa contratada em 2025; a secretária disse que havia parente desde 2024, mas que, à época do emergencial 2025, o servidor não atuava nos atos de atesto/fiscalização do contrato; Edilberto leu publicação de 22/01/2026 sobre reabertura do Pregão 040/2025 e anulação parcial por impedimentos legais (Lei 14.133/2021) relativos às empresas Allan Transporte e Jamile Transporte, e pediu esclarecimento da motivação; a secretária respondeu que o questionamento se referia a 2026 e que a motivação formal constaria na documentação do processo licitatório; comprometeu-se a encaminhar. No item 5 (déficit de professores – perguntas), Matheus questionou o concurso arquivado em 2024/2025, se seria a solução para as vacâncias; a secretária afirmou que a comissão do concurso segue trabalhando e que o concurso é a via adequada, mas requer segurança jurídica e planejamento; Matheus replicou que a gestão arquivou próximo da prova e que espera que não se deixe para o final do mandato; Junior reforçou a urgência do envio de proposta para ampliar profissionais de apoio, dada a pressão em salas com alunos em avaliação diagnóstica; a secretária disse que segundo relatórios da Educação Especial não há cinco alunos com deficiência na mesma turma, mas revisará os casos na segunda-feira; Edilberto retificou informações salariais: o piso é vencimento-base, direitos de carreira não compõem piso; relatou diferença de R\$ 720,35 (30h) para nível médio e defendeu concurso ainda em 2026; a secretária registrou que a Lei 903/2025 instituiu critérios para concessão de licenças-prêmio, dadas as carências de substituição; reconheceu disparidade remuneratória entre efetivos e celetistas e a necessidade de concurso, mas frisou a emergência do seletivo para continuidade pedagógica. Sobre o item 6 (CEFET/refém – perguntas), o presidente Jean questionou por que, frente ao montante global, apenas R\$ 285 mil teriam sido aplicados na Educação; a secretária limitou-se aos valores da pasta e disse que Finanças apresentará a consolidação de todas as áreas; confirmou o uso da emenda de tecnologia (R\$ 1 milhão do senador) redirecionada para obras educacionais, dentro de finalidade educacional, negando desvio de recursos. No tema frota escolar e IFRN (fora da pauta), Matheus perguntou se os novos veículos atenderão o IFRN; a secretária respondeu que os novos dois ônibus e a van serão destinados às rotas municipais e que a discussão sobre transporte de IFRN cabe à gestão geral (Secretaria de Juventude/Transporte), não à SME; ao ser questionada sobre uso do novo ônibus em 2025 para viagens, afirmou que foi utilizado em viagens com alunos da rede municipal (ex.: saídas pedagógicas do João XXIII), mantendo desconhecer usos não educacionais e comprometendo-se a enviar os registros. Ao final, a secretária reiterou: enviará à Câmara os documentos solicitados (execução detalhada 2025; plano de investimento do saldo conciliado do Fundeb; processos e justificativas das adesões e inexigibilidade do Rever; estudo técnico, mapa e memorial de cálculo das rotas; cópia do processo do emergencial



de 2025 e decisão de arquivamento do MP; situação atualizada das reformas; quadro de professores/vacâncias; planilha consolidada de aplicação do CEFET pela Secretaria de Finanças); reforçou o compromisso com transparência, legalidade e planejamento; solicitou colaboração propositiva dos vereadores na busca de soluções para os desafios da Educação (alfabetização, quadro docente, inclusão, transporte, infraestrutura) e encerrou colocando a SME à disposição para novas sessões temáticas. Nada mais em pauta o senhor presidente declarou encerrada a sessão. Convidando a todos para a sétima sessão do primeiro período a ser realizada no dia 09 de abril de 2026. Câmara Municipal, Plenário José Jerônimo da Silva, Lagoa Nova/RN, 01 de Abril de 2026.


Jean Carlo da Silva Dantas
Presidente


Antônio Domingos Soares
Vice-Presidente

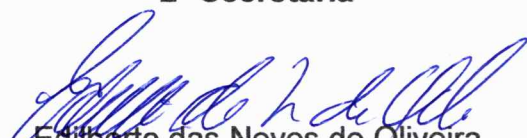

Fagner Robson Guimarães
Vereador

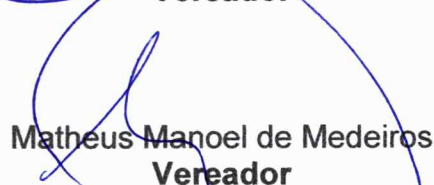

Marinalvo Vicente da Silva Lima
1º Secretário


João Alves Galvão Junior
Vereador

AUSENTE APROVAÇÃO
Cícera Maria Machado dos Santos
2º Secretária


José Jefferson de Oliveira Confessor
Vereador


Edilberto das Neves de Oliveira
Vereador


Matheus Manoel de Medeiros
Vereador

AUSENTE APROVAÇÃO
Elizeu Fernando Dos Santos Gonçalves
Vereador

AUSENTE APROVAÇÃO
Paulo Eduardo Guimarães
Vereador